

Uma fiscalidade “mais inteligente” sobre os combustíveis

“É fundamental que a política fiscal se alinhe com as restantes políticas energéticas, contribuindo para a concretização dos objectivos e para a sinalização de práticas no sector. Nesse sentido, a iniciativa da Comissão Europeia de rever a Directiva da Fiscalidade Energética parece-me muito louvável, sendo os impactos nos consumidores e na competitividade das economias aspectos a acautelar durante a discussão da proposta”.

José Perdigoto
Director-Geral de Energia e Geologia



A Comissão Europeia (CE) apresentou uma proposta de alteração da actual directiva da fiscalidade energética (2003/96/EC), introduzindo critérios de taxação baseados na energia e nas emissões carbónicas. A directiva ainda em vigor visava, sobretudo, o funcionamento do Mercado Interno e a aproximação fiscal entre os Estados Membros (EM), através da fixação de valores mínimos do imposto sobre combustíveis. Contudo, a sua formulação não era coerente nem com as políticas ambientais, nem com os objectivos de eficiência energética: por exemplo, o carvão é o combustível menos taxado, sendo o maior emissor de CO₂, enquanto o etanol suporta a carga fiscal mais elevada, apesar de ser o combustível com menor poder calorífico.

Com a proposta de revisão agora apresentada, a fiscalidade adquire um novo papel, tornando-se também um instrumento indutor da eficiência energética e de conformidade com os desígnios ambientais. Nesse sentido, o valor do imposto sobre combustíveis é estabelecido como a soma de duas parcelas, uma relativa ao CO₂ emitido, e outra relativa ao teor energético:

- para a parcela relativa às emissões, é proposta uma taxa mínima de 20 €/ton CO₂, aplicável aos sectores não abrangidos pelo CELE;
- para a parcela relativa à energia, no caso dos carburantes aponta-se para uma taxa mínima de 9,6 €/GJ, correspondente à actual taxa mínima para a gasolina, subtraída da nova parcela ambiental; para o caso dos combustíveis de aquecimento, é proposto 0,15 €/GJ (~0,5 €/MWh), actual valor mínimo para a electricidade.

Conseguem-se, deste modo, dois resultados: eliminar a distorção competitiva que consiste em taxar mais um combustível com menor poder calorífico, e induzir a redução das emissões, penalizando o consumo de combustíveis mais carbónicos.

Os EMs têm possibilidade de aplicar valores acima destes mínimos (isto é, aumentar a taxa relativa às emissões, ou ao teor energético), mas terão de o fazer de modo a manter a coerência do sistema fiscal, através da aplicação dos mesmos valores unitários a todos os combustíveis com a mesma utilização final. Assim, o gás natural e o LPG para veículos serão sujeitos aos mesmos valores unitários que o gasóleo e a gasolina. Continuam a não ser abrangidas as utilizações não energéticas (processos metalúrgicos e outros). Para os biocombustíveis que cumpram os critérios de sustentabilidade do Artigo 17 da Directiva Renováveis (2009/28/EC), a parcela carbónica será nula. É de realçar que a existência de uma parcela relativa ao CO₂ no valor do imposto sobre combustíveis, abrangendo os sectores que estão fora do CELE, irá, de certo modo, complementar o sistema de comércio de emissões.

Prevê-se que eventuais efeitos negativos desta nova política fiscal possam ser compensados através de medidas de carácter social a favor dos consumidores economicamente débeis, ou através de créditos fiscais, relativamente à parcela carbónica, para as indústrias sujeitas ao risco “carbon leakage”. Não se pretende aumentar a carga fiscal, sendo proposto que eventuais ganhos, resultantes da aplicação da futura directiva, sejam redireccionados, nomeadamente, para a redução da fiscalidade sobre o trabalho.

A directiva deverá começar a ser aplicada a partir de 1 de Janeiro de 2013, para funcionar em paralelo com a terceira fase do sistema Europeu de Licenças de Emissão, mas o período de adaptação estende-se até 2023 designadamente para os combustíveis auto (nessa data os biocombustíveis deixarão de poder receber isenções).

A análise do impacto da nova directiva conclui que este enquadramento fiscal “mais inteligente” dos combustíveis promoverá o crescimento sustentável e a criação de emprego, contribuindo para a sustentabilidade ambiental e económica.

Do Presidente da Direcção

A Associação Portuguesa de Energia desenvolveu, com o apoio da Accenture, o estudo “A Energia em Portugal: perspectiva de quem a utiliza”. Este estudo permite-nos obter um melhor conhecimento das percepções, do comportamento e das expectativas dos consumidores, particulares e empresariais, relativamente ao sector energético.

Sem surpresa, sobretudo em altura de crise económica e de aumento muito significativo do preço do petróleo, o preço da energia revela-se como o principal factor a determinar o comportamento da maioria dos consumidores, quer no processo de aquisição de energia, quer na manifesta disponibilidade para desenvolver acções de eficiência energética.

As preocupações ambientais e de sustentabilidade são, também, já largamente incorporadas nos processos de decisão, desde que não afectem significativamente o preço da energia.

Uma terceira conclusão relevante tem a ver com o conhecimento e a abertura por parte dos consumidores à inovação, nomeadamente na mobilidade eléctrica ou na microgeração.

Nota-se ainda que há um caminho a percorrer para melhorar a formação e informação do consumidor sobre a liberalização dos mercados energéticos.

A APE, atenta à sensibilidade dos custos da energia, vai promover, a 29 de Junho, o Seminário “Energia e Competitividade”, onde se equacionará o efeito dos preços da energia nas contas nacionais e nos custos da produção, bem como as oportunidades que a mudança de paradigma no sector energético e a introdução de novas tecnologias proporcionam, a nível da indústria e dos serviços.



Estudo “A Energia em Portugal”

O estudo “A Energia em Portugal: perspectiva de quem a utiliza” foi apresentado, em sessão restrita, à imprensa e aos patrocinadores no passado dia 19 de Maio, no Hotel Tivoli Lisboa e posteriormente, a 8 de Junho, em Sessão de Fim de Tarde, no auditório Accenture, a todos os Associados.

Este projecto da APE, elaborado conjuntamente com a Accenture, tinha como objectivo identificar a forma como os agregados familiares e as empresas encaram a utilização de energia nas suas tarefas e processos. Decorrente de uma primeira edição realizada em 2006, o estudo pretendia, também, encontrar eventuais alterações nos comportamentos e determinar as razões a elas subjacentes.

Uma das principais conclusões, comum a todos os sectores abordados, é que o factor preço se sobrepõe a todos os outros, tanto nos combustíveis rodoviários, como nos mercados da electricidade e do gás. Verificou-se, também, que existe um grande potencial de adesão às energias renováveis, à microgeração e aos biocombustíveis, bem como a inovações tecnológicas, como as redes inteligentes ou o veículo eléctrico, dependendo, no entanto, da concretização deste potencial da sua disponibilização com um acréscimo de despesa reduzido.

O estudo abrangeu uma amostra de 2002 indivíduos, representativa da população nacional, e 384 empresas, 218 do sector do comércio e serviços e 166 do sector industrial.

A [apresentação](#) efectuada na sessão poderá ser consultada no site da Associação.

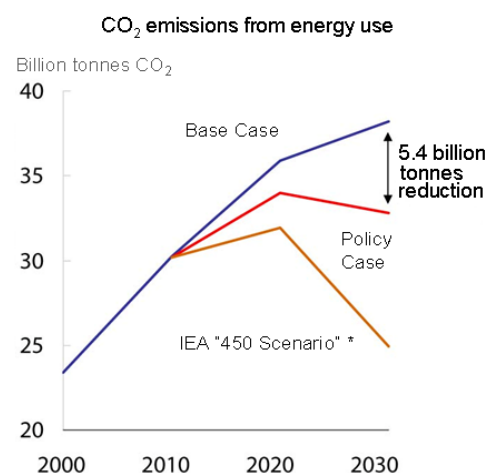
BP Energy Outlook 2030

A BP apresentou, em Lisboa, no passado mês de Março, a sua perspectiva sobre os mercados e os impactos da energia no horizonte 2030.

No que respeita às emissões, a análise conclui que, com as políticas em curso e aprovadas (Base Case), as emissões continuarão a crescer, mas ficando em 2035 algo abaixo do “Current Policies Scenario” da AIE. Com a introdução de novas medidas mais agressivas (Policy Case), incluindo um preço para o CO₂, após um pico em 2020, as emissões entrariam em redução (enquanto o “New Policies Scenario” da AIE estima uma estabilização, e a um nível mais alto, apenas em 2030). Contudo, as emissões ficariam, ainda, longe do nível compatível com a limitação do aquecimento a 2 °C (correspondente ao cenário 450 ppm da AIE).

Assim, embora não coincidentes, ambos os estudos postulam a necessidade de um esforço muito acrescido, a nível mundial, para combater eficazmente as alterações climáticas.

Mais informação em [BP Energy Outlook 2010](#).



Prémio REN 2010

Realizou-se, no dia 20 de Maio, a cerimónia de entrega do Prémio REN 2010, que distingue as melhores teses de mestrado realizadas por finalistas ou recém-licenciados dos cursos de Engenharia Electrotécnica, Mecânica e Química, das Universidades portuguesas.

O júri do Prémio analisou trabalhos realizados os anos lectivos 2008/2009 e 2009/2010, tendo atribuído o Primeiro Prémio a Pedro Miguel Pereira Mendes, do Instituto Superior Técnico, autor do trabalho “Wind Parks and Hydro Pumping Plants Coordinated Operation”, matéria de inegável actualidade. Foram ainda atribuídos o segundo e terceiro prémios, bem como duas menções honrosas.

WEC London Office Strategy Day

A convite do Secretário Geral do WEC, Christoph Frei, o Secretário Executivo da APE participou nesta reunião, destinada à reflexão interna e focagem das actividades, e a estimular a interacção dos membros do Secretariado de Londres do World Energy Council, realizada em Londres a 21 de Abril.

Convidados, também, os secretários dos comités da Finlândia, Bélgica, Senegal e Estados Unidos. O Eng. Morais Sarmento teve oportunidade de fazer uma breve apresentação do Comité Português e registou o interesse do Secretariado de Londres pelo desenvolvimento da cooperação com a APE.

Eleições para os Órgãos Associativos

Estando a terminar o sétimo mandato dos Órgãos Associativos da APE, vão realizar-se eleições para os mesmos, no próximo dia 7 de Julho, p.f.

A Assembleia Geral Eleitoral foi já convocada, indo os Associados, nos termos estatutários, ser informados em breve relativamente às listas apresentadas.